

A mesmice cansativa

José Pio Martins (*)

Recentemente, fui convidado a participar de um encontro em São Paulo, com o objetivo de produzir um documento de sugestões aos candidatos à presidência da República

Na abertura, o orador afirmou que o primeiro passo seria fazer um diagnóstico da situação brasileira e, a partir daí, elaborar um plano de soluções. Convidaram-me porque o foco era a economia. Em dado momento, pedi a palavra e afirmei que fazer diagnóstico econômico do Brasil é fácil. O país se especializou na permanência de uma mesmice cansativa. Os problemas nacionais se repetem com enorme tédio há meio século.

Nos anos 1970, os problemas eram a inflação e a dívida externa. Nos anos 1980, os temas mais candentes eram a inflação, a recessão e a moratória da dívida. Nos anos 1990, a hiperinflação e a crise cambial. Na virada do milênio, vencida a inflação, persistiam a dívida externa e a crise cambial.

O tédio da mesmice brasileira já estava presente num irônico diálogo entre Tancredo Neves e o economista Roberto Campos, em setembro de 1961, quando Tancredo, designado primeiro-ministro do governo parlamentarista de João Goulart, pediu ao economista que preparasse um programa de governo a ser enviado ao parlamento para referendo junto com o novo gabinete.

Roberto Campos ponderou que não havia tempo para a tarefa, ao que Tancredo respondeu com sua mineirice sarcástica: "Você é useiro e vezeiro em fabricar programas de governo desde os tempos de Getúlio e Juscelino. No Brasil, os problemas não mudam, logo não mudam também as soluções".

E Tancredo tinha razão. Os problemas herdados do período Juscelino eram a inflação e a crise cambial, que viriam a se repetir nas décadas seguintes. Nos últimos 50 anos, os problemas brasileiros não mudaram, como também não mudaram duas realidades tristes: a pobreza — refletida na baixa renda por habitante — e

os crônicos déficits públicos.

Qual a explicação para o contraste entre o potencial de riqueza do país e a pobreza do desempenho? Vários são os fatores explicativos, entre eles a incompetência dos países pobres na descoberta dos verdadeiros inimigos.

Os esquerdistas gostam de culpar o neoliberalismo pelas mazelas brasileiras. Isso é uma bobagem; é culpar o inexistente. Os responsáveis por nossa pobreza não são o liberalismo — nem o neo nem o clássico, que nunca existiram por aqui —, nem o capitalismo, por ser mal aplicado e distorcido.

Entre os inimigos do desenvolvimento estão os monopólios, com suas ineficiências; o excesso de empresas estatais, que criaram uma nova classe de privilegiados: os burgueses do Estado, verdadeiros capitalistas sem risco; e o elevado grau de estatização da economia e da vida nacional.

Quanto ao neoliberalismo, estudos realizados por organismos internacionais colocam o Brasil como um dos países de menor grau de liberdade econômica e um dos mais fechados do mundo. Segundo a Heritage Foundation, entre 186 países, o Brasil está na posição 153, ou seja, atrás de 152 países em grau de liberdade.

Onde está o neoliberalismo? O que temos em verdade são graves resquícios dirigistas, limitação da ação empresarial, um sistema tributário complexo e punitivo, uma legislação trabalhista inibidora da contratação e uma pilha de controles e intervenções.

Um país em que o Estado tem até uma estatal para fabricar camisinhas não pode ser acusado de liberal. Não, não é piada. Agora, neste julho de 2018, acaba de circular a notícia de que "em crise, fábrica estatal de camisinhas naufraga e encerra a produção". Trata-se da falência da Natex, estatal montada no governo Lula, em 2008, no Estado do Acre, para produção de camisinhas. É o retorno à cultura da estatização dos anos 1970.

Isso faz lembrar um trecho do poema de T. S. Elliot nos Quatro Quartetos: "O fim de toda nossa busca será chegar ao lugar onde começamos e ter a sensação de descobri-lo pela primeira vez".

(*) - Economista, é reitor da Universidade Positivo.

Morre 'Chicha' Mariani, fundadora das Avós da Praça de Maio



Chicha Mariani, uma das fundadoras do grupo Avós da Praça de Maio.

Morreu na segunda-feira (20), aos 95 anos, Maria Isabel "Chicha" Chorobik de Mariani, considerada uma das fundadoras da organização Avós da Praça de Maio, uma ONG argentina que há décadas busca encontrar as crianças separadas dos pais durante a ditadura militar do país (1976-1983). Ela faleceu sem reencontrar a neta Clara Anahí.

Chicha havia sofrido um acidente vascular cerebral (AVC) no dia 7 de agosto e desde então não conseguiu se recuperar. O funeral da argentina será realizado em La Plata, próximo ao sul de Buenos Aires, onde está a sede da fundação. A ativista era uma das 12 fundadoras da entidade (1997) e foi sua presidente até 1989, quando

criou a entidade "Clara Anahí", para buscar sua neta, conhecida no mundo todo após sua avó divulgar diversas cartas.

Anahí foi sequestrada no dia 24 de novembro de 1976, aos três meses de idade. Na ocasião, sua mãe, Diana Teruggi, foi assassinada com mais três militantes do grupo Montoneros. Oito meses depois, a vítima fatal foi o pai da menina. "Nos despedimos com enorme tristeza de quem foi companheira das Avós e atual presidente da fundação 'Clara Anahí'. Uma mulher fundamental no início da busca dos meninos e meninas apropriados pelo terrorismo de Estado e um símbolo da luta pelos direitos humanos", diz a ONG, em comunicado (ANSA).

Eleições 2018: 75% dos deputados federais devem se reeleger

Estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que 79% dos 513 deputados federais tentarão a reeleição em outubro

Projeção da entidade aponta que 75% deles devem se reeleger. O levantamento foi feito após o registro das candidaturas no TSE. De acordo com o Diap, o número de candidatos à reeleição (407) na Câmara ficou um pouco abaixo da média dos últimos sete pleitos (408), porém maior que na eleição de 2014, quando 387 tentaram renovar seus mandatos.

Dos 106 que não vão se recandidatar para a Câmara, 31 não vão concorrer a nenhum cargo neste pleito e 75 disputam outros cargos. Destes, 40 concorrem ao Senado; 11 são candidatos a vice-governador; nove disputam o governo do estado; sete tentam vaga de deputado estadual; seis são suplentes de candidatos ao Senado; e dois são candidatos à Presidência da República. Na



A expectativa e o sentimento da população por renovação na Casa serão "frustrados" neste pleito.

avaliação do analista político Neuriberg Dias, a expectativa e o sentimento da população por renovação na Casa serão "frustrados" neste pleito.

Segundo Neuriberg, o alto índice dos que vão tentar novo

mandato com a continuidade dos grupos políticos (bancada rural, empresarial, evangélica, da bala e de parentes) que já estão no poder traz o risco de que a próxima composição da Câmara seja mais conserva-

dora que a atual. "O perfil do Congresso será mantido. Esses grupos detêm muitos seguidores e pode ter até retrocesso", disse o analista político.

Além de emendas parlamentares, os que estão se recandidatando têm outras vantagens em relação a um novo candidato: nome e número conhecidos, bases eleitorais consolidadas, cabos eleitorais fiéis, acesso mais fácil aos veículos de comunicação, estrutura de campanha, com gabinete e pessoal à disposição, em Brasília e no estado. "As mudanças na legislação eleitoral com a criação do fundo eleitoral e a janela partidária permitiram aos deputados e senadores negociarem melhores condições na disputa da reeleição, como prioridade no horário eleitoral e na destinação dos recursos do fundo eleitoral", avalia o Diap (ABR).

TSE intima os candidatos a detalharem declaração de bens

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) intimou todos os candidatos às eleições deste ano, inclusive os 13 candidatos à Presidência da República, a detalharem a declaração de bens, após a Corte recuar de uma simplificação no sistema de declarações para as eleições deste ano.

Na eleição de 2014, ao declarar um bem imóvel, por exemplo, o candidato precisava detalhar além do valor, o tamanho e o endereço, mas neste ano tais informações não estavam sendo exigidas.

No ano passado, o TSE resolveu simplificar o sistema de prestação de informações, com o intuito de torná-lo mais leve e célere, e extraiu os campos de detalhamento na declaração de bens. Com a repercussão negativa da medida, o ministro Luiz Fux, presidente da Corte até a semana passada, decidiu recuar e reincluir os campos no sistema.

Segundo o TSE, a medida tem por objetivo conferir "o maior grau de transparência possível ao processo eleitoral".

A partir do momento em que foram intimados, todos os candidatos, a todos os cargos, passaram a poder fazer o detalhamento. Ao todo, 27.811 políticos tiveram pedidos de registro de candidatura protocolados no TSE.

Somados somente os candidatos à Presidência da República, o patrimônio declarado neste ano foi de mais de R\$ 834 milhões. Os dois mais ricos concentram boa parte dessa quantia: João Amoêdo (Novo), com R\$ 425 milhões; e Henrique Meirelles (MDB), com R\$ 377,5 milhões (ABR).

Câmara decide hoje se cassa mandato de Paulo Maluf

O futuro político do deputado afastado Paulo Maluf (PP-SP), em prisão domiciliar, deve ser decidido hoje (22). O advogado do parlamentar, Antônio Carlos de Almeida Castro, disse que Maluf poderia renunciar ao mandato. Procurado, ele disse que ainda aguardava o ex-prefeito de São Paulo se manifestar. Com a cassação iminente, Maluf tem sido aconselhado a renunciar para evitar mais desgaste.

Caso não renuncie, já está marcada para hoje (22), às 11h, na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, uma reunião da Mesa Diretora da Casa, na qual, segundo o corregedor-geral da Câmara, deputado Evandro Gussi (PV-SP), "de uma maneira ou de outra, com renúncia ou sem renúncia", a Câmara decidirá sobre a situação de Maluf.

Em maio do ano passado, a 1ª Turma do STF condenou Maluf a 7 anos, 9 meses e 10



Mesa da Câmara decide hoje se cassa o mandato do deputado Paulo Maluf.

dias de prisão por lavagem de dinheiro e determinou que a Mesa Diretora da Câmara decretasse a perda do mandato. A decisão ainda não foi tomada porque um grupo defende que o plenário deve decidir sobre a cassação e não a Mesa da Casa. Outro grupo entende que a Câmara está descumprindo a determinação judicial.

O deputado Paulo Maluf ficou preso entre dezembro e março

no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, mas ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar devido a "graves problemas de saúde", conforme alegou sua defesa em recurso aceito pelo ministro do STF, Dias Toffoli. Aos 86 anos de idade, o ex-prefeito de São Paulo tem com problemas cardíacos, ortopédicos, além de câncer de próstata e diabetes (ABR).

Omissão do governo federal no caso dos venezuelanos

O coordenador da comissão externa da Câmara, que acompanha a questão da imigração venezuelana em Roraima, deputado Carlos Andrade (PHS-RR), afirma que o governo federal não vem agindo para contornar a pouca infraestrutura que as cidades de fronteira têm para receber os refugiados. O parlamentar disse que o presidente Michel Temer já esteve duas vezes no estado para verificar a situação, mas reclamou que nada mudou.

A situação culminou então, segundo Carlos Andrade, com os conflitos registrados entre brasileiros e venezuelanos nos últimos dias, em Pacaraima. "As coisas estão acontecendo e o governo não está atuando para que haja infraestrutura, um atendimento básico para os

brasileiros que moram nesta faixa de fronteira: capital (Boa Vista), Pacaraima, Mucajaí, Iracema, Caracaraí", critica Andrade.

Centenas de venezuelanos, que fogem da crise econômica em seu país, acabaram decidindo voltar para a Venezuela após o conflito. Carlos Andrade explicou que os brasileiros se sentem desprotegidos porque têm que dividir os poucos serviços públicos que têm. A governadora de Roraima, Suely Campos, pediu ao STF o fechamento das fronteiras com a Venezuela, mas a Advocacia-Geral da União já deu parecer contrário, uma vez que o fechamento não tem base legal e o governo estaria, sim, agindo na região. E lembrou que parte dos imigrantes foi enviada para outros estados brasileiros (Ag.Câmara).

Inclusão de psicólogo na equipe de Saúde da Família

Psicólogos devem integrar as equipes de Saúde da Família, dentro da Estratégia Saúde da Família na Atenção Básica do SUS. É o que propõe a Sugestão Legislativa, que aguarda análise na Comissão de Direitos Humanos. Com o tema "Inclusão de psicólogos nas equipes mínimas de Saúde da Família", a ideia alcançou, no período de 3 de maio a 11 de agosto, mais de 20 mil apoios de internautas, alcançando o status de sugestão legislativa e permitindo a discussão do assunto entre os senadores da Comissão. Ainda falta a designação de um relator para avaliar o texto, mas, se ele for acertado, passará a tramitar como projeto no Senado. De acordo com a proponente, a cidadã Telma Machado, apesar de haver reconhecimento sobre a importância



Equipe com médico e enfermeiro deverá ter também psicólogo, prevê projeto.

da atuação dos psicólogos para o bem-estar das comunidades, eles ainda não fazem oficialmente parte da equipe mínima de

Saúde da Família. Para Telma, essa ausência gera sobrecarga de trabalho, equipe desestruturada e insegurança. Segundo o texto

da sugestão legislativa, a garantia de intervenção psicológica aos usuários da atenção primária, com a agregação desse profissional, traria benefícios à população, com boa relação custo-efetividade ao sistema. A ideia foi apresentada ao Senado por meio do Portal e-Cidadania, em que cidadãos podem enviar sugestões legislativas que, se forem aprovadas na CDH, passarão a tramitar como projetos de lei. A atuação das equipes de Saúde da Família ocorre principalmente nas unidades básicas de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade. É a porta de entrada do sistema hierarquizado e regionalizado de saúde, ou seja, é a equipe que faz a triagem e encaminha o paciente para atendimentos especializados (Ag.Senado).